



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 20/2018

Reunião Ordinária de 31 de outubro de 2018

ABERTURA

1. ABERTURA

Aos trinta e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito, nesta vila de Castanheira de Pera, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, pelas catorze horas e quarenta minutos, reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal de Castanheira de Pera, sob a Presidência da Sra. Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho, Presidente da Câmara Municipal, e com a presença dos restantes membros do Executivo:

- Vereador – João Miguel das Neves Graça (PPD/PSD);
- Vereador – Nuno Óscar Lopes Tomás (PPD/PSD);
- Vereador – Gonçalo Abílio Alves Lopes (PS);
- Vereador – António Manuel Henriques Antunes (PS).

Declarando aberta a reunião, a Sra. Presidente deu início à ordem de trabalhos, estabelecida e distribuída a todos os membros da Câmara Municipal, nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 35.º e n.º 2 do artigo 53.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e que consta do seguinte:

I - LEITURA E VOTAÇÃO DE ATAS DE REUNIÕES ANTERIORES

II – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1. Intervenções dos Membros do Executivo

III - ORDEM DO DIA

A. Divisão de Administração Autárquica

1. Secção Administrativa

1.1. Proposta de escala de turnos da farmácia para o ano civil de 2019 – Parecer

1.2. Sport Castanheira de Pera e Benfica – Pedidos de cedência de transporte, de utilização dos balneários do Pavilhão Gimnodesportivo Municipal e de isenção do pagamento das respetivas taxas

1.3. CERCICAPER – Pedidos de cedência de transporte e de isenção do pagamento das respetivas taxas

1.4. Liga Portuguesa Contra o Cancro – Pedido de cedência de transporte e de isenção do pagamento das respetivas taxas

1.5. Clube dos Caçadores de Castanheira de Pera – Montaria – Pedido de cedência de viaturas

1.6. Junta da União das Freguesias de Castanheira de Pera e Coentral – Pedido de cedência de transporte

1.7. Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera – Pedido de cedência de transporte e de isenção do pagamento das respetivas taxas – Ratificação de despacho

1.8. Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera – Pedido de cedência de espaço para formação – Ratificação de despacho

1.9. Município de Leiria – Proposta de protocolo de parceria (Capital Europeia da Cultura 2027)

1.10. Instituto Nacional para a Reabilitação – Proposta de Protocolo de Cooperação para a implementação do Balcão da Inclusão

1.11. Centro Qualifica Petroensino – Proposta de Protocolo de Itinerância

1.12. Médicos do Mundo – Pedido de prorrogação da cedência de espaços

2. Secção de Recursos Humanos



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 20/2018

Reunião Ordinária de 31 de outubro de 2018

- 2.1. Mapa de Pessoal para o ano de 2019
3. Secção Financeira
 - 3.1. DGAL - Alerta precoce de desvios – Informação relativa ao ano de 2017 (dados provisórios)
 - 3.2. Balancete
 - 3.3. Pagamentos
 - 3.4. Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2019
4. Secção de Aprovisionamento, Gestão de Stocks e Património
 - 4.1. Alienação de veículos em fim de vida útil
 - 4.2. Alienação de resíduos de ferro
5. Setor de Planeamento, Obras Particulares e Urbanismo
 - 5.1. “Intervenções de estabilização de emergência pós incêndio/Incêndio 2017 (Incêndio florestal de Pedrógão Grande)”- Erros e Omissões – Ratificação de despacho
 - 5.2. Obras particulares

LEITURA E VOTAÇÃO DE ATAS DE REUNIÕES ANTERIORES

2. LEITURA E VOTAÇÃO DE ATAS DE REUNIÕES ANTERIORES

Interveio o Sr. Vereador Gonçalo Lopes, informando relativamente às atas n.ºs 17/2018 e 18/2018, de 19 e 28 de setembro respetivamente, que tinham ficado de enviar algumas sugestões a incluir nas atas em apreço porém, reavaliaram e decidiram votar as mesmas nos termos em que estavam redigidas por forma a não avolumar mais trabalho numa altura como esta.

A Sra. Presidente questionou se havia alguma alteração que consideravam importante incluir tendo o Sr. Vereador Gonçalo Lopes informado que as sugestões de alteração estavam mais relacionadas com a sucessão dos assuntos e uma ou outra expressão utilizadas porém, como os assuntos estão todos elencados, decidiram votá-las.

Assim, a Sra. Presidente submeteu a votação a ata n.º 17/2018, de 19 de setembro, e a ata n.º 18/2018, de 28 de setembro, tendo as mesmas sido aprovadas por unanimidade.

Relativamente à ata n.º 19/2018, de 8 de outubro, a Sra. Presidente informou que não foi possível concluí-la, pelo que será submetida a votação na próxima reunião.

Não se registando outras intervenções, a Sra. Presidente passou ao período de antes da ordem do dia.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

3. INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DO EXECUTIVO

Tomando a palavra, a Sra. Presidente começou por prestar as seguintes informações:

- A Sra. Presidente irá representar o Município na Bienal Ibérica do Património Cultural - Valladolid 2018, no âmbito da participação da CIMRL no evento, a realizar de 8 a 11 de novembro de 2018, e que se caracteriza por ser o único



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 20/2018

Reunião Ordinária de 31 de outubro de 2018

certame europeu da área do património cultural que resulta de uma fusão entre dois eventos individuais de dois países distintos - neste caso, de Portugal e Espanha - criando um certame à escala ibérica e com projeção europeia.

- Encontra-se em constituição um grupo de trabalho, formado por técnicos municipais, a fim de estudar a viabilidade de criação no concelho de uma universidade sénior, que se considera ser uma infraestrutura importante face, nomeadamente, à elevada faixa etária de grande parte da população.
- A curto prazo irá ser implementando o serviço de pagamento eletrónico MEO Wallet, o qual gerará referências multibanco que poderão ser usadas pelos munícipes para efetuar pagamentos ao Município.

A representação do Município no âmbito do serviço ficará a cargo do Tesoureiro Municipal.

Após a implementação do serviço em apreço, a cobrança da água deixará de ser efetuada pelo trabalhador municipal responsável pela leitura dos consumos, pelo que o pagamento terá de processar-se por uma das três vias disponíveis para o efeito: débito direto, referência multibanco ou, pessoalmente, na Tesouraria da Câmara Municipal.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Em complemento às informações elencadas, a Sra. Presidente deu conta que tinha uma informação em falta, há algum tempo, sobre o parecer jurídico que foi pedido ao escritório de advogados no sentido de clarificar alguns pontos que lhes suscitaram dúvidas relacionados com a proposta apresentada pelos Senhores Vereadores do PS de regulamentar um conjunto de apoios aos Bombeiros Voluntários.

Seguidamente referiu que o aludido parecer já tinha chegado e que, sobre a bonificação em termos de IRS em 50% aos Bombeiros., indica o seguinte: *“somos de parecer, salvo melhor entendimento, que não poderá o Município prever a majoração em 50% relativamente à redução na taxa da participação no IRS do Município dos elementos da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Castanheira de Pera uma vez que o regime financeiro das autarquias locais e das entidades inter – municipais apenas prevê que a participação variável possa ser definida em relação a todos os sujeitos passivos com domicílio fiscal em Castanheira de Pera e não apenas a determinados sujeitos passivos pois seria filiação ao princípio da capacidade contributiva conjugado com o princípio da igualdade tributária”*.

Nesta sequência, informou, ainda, que a questão dos incentivos aos Bombeiros também está a ser analisada a nível nacional, estando inclusivamente já a originar alguma celeuma com a Liga dos Bombeiros Portugueses, encontrando-se também a ser analisada pela CIMRL que vai elaborar uma proposta de protocolo para os 10 municípios que a integram, como aliás, já tinha informado anteriormente.

Usando da palavra, o Sr. Vereador António Henriques salientou que a proposta apresentada tinha a ver com a criação de um regulamento, tendo os Vereadores do PS elencado algumas medidas que poderiam, ou não, constar do



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 20/2018

Reunião Ordinária de 31 de outubro de 2018

documento, questionando qual foi o parecer concretamente quanto à proposta da criação do regulamento.

A Sra. Presidente respondeu que não pediu o parecer relativamente à proposta de criação de regulamento mas sim em relação aos pontos lá elencados.

Interveio a Dra. Bernardina Macedo, Chefe da Divisão de Administração Autárquica de Divisão, esclarecendo que a questão da criação de um regulamento nunca esteve em discussão porque é possível elaborar um regulamento, porém uma das medidas elencadas para integrar o regulamento é que suscitava algumas dúvidas em termos de legalidade e daí o pedido de parecer jurídico.

Na sequência, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes reiterou que a proposta apresentada visava acima de tudo estudar a possibilidade de criar um regulamento de incentivo aos Bombeiros.

Interrompendo, a Sra. Presidente salientou que a criação do regulamento nunca esteve em causa, recordando que, inclusivamente, na altura comentou que conhecia alguns, reiterando que o que estava em causa eram as medidas que os Srs. Vereadores do PS propuseram.

Depois de mais alguma troca de considerações entre ambos, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes concluiu que poderá ter havido aqui um lapso de interpretação, sublinhando que a proposta era no sentido da criação de um regulamento e, como tal, o pedido de parecer jurídico foi “*desnecessário*”.

Sublinhou que se poderia ter avançado com a proposta de regulamentação sem que fosse lá incluída a medida que suscitou dúvidas apesar de conhecer alguns regulamentos onde essa medida foi aplicada.

A Sra. Presidente deu conta que não conhecia nenhum tendo o Sr. Vereador Gonçalo Lopes informado que tinha em sua posse alguns exemplos onde essa medida em concreto está em execução e que os faria chegar à Sra. Presidente salientando, de todo o modo, que a sua proposta era mais abstrata, ou seja, era no sentido de criar um regulamento.

Volvendo a Sra. Presidente referiu que tinha percebido a intenção apresentada e que foram as medidas propostas que levaram ao pedido de parecer jurídico porque à data que o assunto foi discutido ainda nem sequer existia a proposta das CIMRL.

Retorquindo, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referiu que era mais um motivo para se ter avançado com a proposta de regulamentação sem que fosse lá incluída a medida que suscitou dúvidas.

Interrompendo, a Sra. Presidente referiu que atendendo ao facto de, entretanto, a CIMRL ter vindo junto dos Municípios dizer que vai elaborar um regulamento de incentivos aos Bombeiros, questionando se algum dos municípios



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 20/2018

Reunião Ordinária de 31 de outubro de 2018

possuía regulamentação para o efeito, e tendo em conta a falta de recursos técnicos do nosso Município, é da opinião que se deve aproveitar esse trabalho podendo, posteriormente, serem introduzidos ajustamentos de adequação à realidade do concelho.

De novo com a palavra, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes repetiu que a proposta era de criar um regulamento e ainda que se considere que este assunto não é oportuno uma vez que a CIMRL e o próprio Estado se encontram a trabalhar nesta matéria, na sua opinião, não é impedimento de se avançar neste sentido. Manifestou não conseguir acompanhar o raciocínio da Sra. Presidente que motivou as dúvidas, uma vez que na ata a proposta ficou bem clara.

Em complemento, o Sr. Vereador António Henriques, leu um excerto da ata n.º 18/2018, de 28 de setembro, onde o Sr. Vereador Gonçalo Lopes questionou se já tinha chegado o parecer jurídico solicitado sobre o regulamento de incentivos aos Bombeiros tendo a Sra. Presidente respondido negativamente, parecendo-lhe que, de facto, houve nesta matéria uma falta de entendimento sobre o que foi proposto e sobre o que efetivamente foi analisado.

Nessa sequência, a Sra. Presidente perguntou aos Senhores Vereadores se achavam que fazia sentido pedir um parecer jurídico sobre a criação de um regulamento tendo, de imediato, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes respondido que desde o primeiro momento que considera não fazer sentido a leitura do Executivo sobre esta proposta ainda que tenham sido elencadas algumas medidas.

Depois de mais alguma troca de impressões sobre o assunto, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referiu que a Sra. Presidente deveria anuir ao facto de que as propostas apresentadas pelos Vereadores do PS, legalmente, deverão ser submetidas a votação e não poderão ser simplesmente desconsideradas. Como tal esperam que, no mínimo, sejam votadas ainda que democraticamente tenham de aceitar se não forem aprovadas.

Com a palavra, o Sr. Vereador António Henriques salientou que se os Vereadores do PS apresentaram a proposta para criação de um regulamento de incentivos aos Bombeiros Voluntários, esta deveria ser votada na reunião seguinte à da sua apresentação, facto que não aconteceu por se levantarem questões sobre esta situação.

Em jeito de conclusão, a Sra. Presidente referiu que se vai aguardar pela proposta da CIMRL sobre a matéria acrescentando que se tivesse avançado com a proposta dos Vereadores do PS neste momento haveriam três entidades, o Estado, a CIMRL e a Câmara a analisar o mesmo assunto tendo de imediato o Sr. Vereador António Antunes argumentado que naquela data que apresentaram a proposta não havia qualquer outra em cima da mesa.

Continuando, a Sra. Presidente deu informação sobre a evolução do BUPI, nomeadamente do número de matrizes georreferenciadas até à data, alegando que



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 20/2018

Reunião Ordinária de 31 de outubro de 2018

a Secretaria de Estado da Justiça tem feito um esforço adicional para atingir os objetivos propostos.

No encadeamento, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes questionou qual o valor do apoio financeiro dado pela Secretaria de Estado da Justiça, tendo a Sra. Presidente informado que foi de 13.000€.

Em seguida, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes questionou em que moldes é que a Associação de Ansião se encontra a trabalhar no BUPI ao que a Sra. Presidente respondeu que está a fazer uma prestação de serviços.

Retomando, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes questionou se foi aferido se no Concelho existiam entidades capazes de realizar este trabalho e se as mesmas foram contactadas ou não.

Solicitada para o efeito, a Dra. Bernardina esclareceu quais eram os critérios a ter em conta e em que moldes o procedimento foi realizado.

Na sequência, o Vereador António Antunes referiu que nos contactos efetuados inicialmente com as pessoas deveriam ter sido dadas várias informações que não foram e que eram importantes para a decisão de aceitar o trabalho ou não.

O Sr. Vereador Gonçalo Lopes referiu que não conhece ao pormenor esta matéria porém parece-lhe as coisas teriam corrido de outra forma se se tivesse sistematizado desde o início.

Em resposta, a Sra. Presidente respondeu que a Câmara Municipal não tinha todas as informações desde o início lembrando que foi o projeto-piloto tendo a Dra. Bernardina complementado com mais algumas informações sobre o assunto.

Retomando a palavra, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes colocou mais algumas questões sobre a prestação de serviços nomeadamente qual o montante auferido por cada pessoa tendo a Dra. Bernardina informado quais os montantes em causa.

Em seguida, o Sr. Vereador fez referência à aquisição dos manuais escolares, questionando o porquê de, até ao momento, ainda não se ter começado a processar o reembolso do valor dos mesmos.

Usou da palavra, o Sr. Vereador João Graça esclarecendo que o reembolso dos livros ainda não se processou porque falta uma informação necessária para efetuar a transferência para o Agrupamento visto que são eles quem vão efetuar o pagamento.

Volvendo, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referiu que é importante que esta questão possa ser resolvida com brevidade, seria um sinal positivo que se dava, e o dinheiro faz falta a todos.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 20/2018

Reunião Ordinária de 31 de outubro de 2018

Continuando, questionou se já havia resposta relativamente ao laudo que foi pedido à Ordem dos Advogados a propósito do processo do Sr. ex-Presidente da Câmara Municipal.

A Sra. Presidente informou que ainda não havia resposta e que, pelo que lhe terá sido alvitado, estas situações estão atrasadas cerca de 5 a 6 meses.

Novamente com a palavra, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referiu-se às notícias veiculadas, nomeadamente pela revista Visão, fazendo notar que sem fazerem qualquer juízo de valor, quando sugeriram que a Sra. Presidente, sem ser tutela de ninguém, sensibilizasse as instituições para virem a público clarificar sobre os donativos recebidos, tendo a Sra. Presidente respondeu então que não entendia o intuito daquela sugestão, o facto apontado dá resposta à questão porque, sendo verdade ou mentira, essa sugestão era no sentido de evitar que caíssemos nesta “*nuvem de suspeição*”.

Com a palavra, a Sra. Presidente referiu que a sua opinião mantém-se, salientando ainda, que a notícia veiculada pela revista Visão apenas tem a ver com as reconstruções e nada tem a ver com os donativos às instituições.

Prosseguindo, acrescentou que a notícia fala sobre casas destruídas que foram identificadas e como esta questão está a ser investigada pelo Ministério Público não vai tecer qualquer comentário à comunicação social sobre o assunto, referindo ainda, que o jornalista está “*a falar de forma incorreta*” e que deveria ir junto da entidade IHRU pedir explicações uma vez que foi essa entidade que deu a informação sobre o número de casas na altura dos incêndios e agora.

Sobre este assunto houve uma breve troca de impressões entre todo o Executivo sendo a opinião unânime de que a notícia pretendia criar impacto, ser sensacionalista.

Em seguida, interveio o Sr. Vereador António Antunes para registar que nos meios de comunicação do Município, nomeadamente no site oficial e no facebook, não houve qualquer alerta sobre a intempérie que se abateu sobre o nosso concelho no passado dia 13 de outubro. Referiu que houve apenas um alerta emitido pelos Bombeiros Voluntários de Castanheira de Pera às 23h59m de sábado, situação que considera de todo lamentável.

Nesta senda, a Sra. Presidente referiu que também lamentava essa situação, mas que, porém, todas as medidas de prevenção e de operação estavam no terreno e funcionaram, tendo realizado um trabalho incansável na noite de sábado e durante todo o domingo.

Nesta senda, a Sra. Presidente agradeceu pela nota, referindo que informará os serviços a fim de tentar que, numa próxima situação, não se repita.

Continuando, o Sr. Vereador António Antunes questionou se houve alguma alteração na designação do Parque Industrial do Safrujo ou se existe alguma entidade nova, pois na publicidade que é feita do Re-Nascer Summit o responsável



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 20/2018

Reunião Ordinária de 31 de outubro de 2018

do parque é identificado no painel dos participantes como sendo responsável pelo Centro Empresarial de Castanheira de Pera tendo, de imediato a Sra. Presidente respondido que não houve qualquer alteração na designação do Parque Industrial do Safrujo e que desconhecia essa publicidade.

Prosseguindo, o Sr. Vereador António Antunes fez referência às faixas de gestão de combustível que estão a ser feitas, alertando para o facto de parecer existir uma dualidade de critérios, pois no Edital é referido que os proprietários da área ardida têm que limpar 10 mts + 15 mts, enquanto que na zona onde os trabalhos estão a ser realizados a empresa já limpou a área de 10 mts. em área ardida numa parcela de terreno no norte do Concelho.

Depois de alguma troca de impressões sobre o assunto, usou da palavra a Dra. Bernardina para informar que, efetivamente, essa matéria carece de uma clarificação pois não está muito explícita.

Volvendo, o Sr. Vereador António Antunes salientou a importância de clarificar a situação e como tal deixa esta chamada de atenção porque considera importante estabelecer um critério igual para todos.

Novamente com a palavra, a Dra. Bernardina referiu não há qualquer dúvida que o princípio da legalidade diz que situações iguais têm de ser vistas, e decididas, de forma igual e portanto tem de se analisar bem esta situação.

Seguidamente usou da palavra o Sr. Vereador Gonçalo Lopes questionando se não seria possível alterar a estrutura das reuniões de Câmara de modo que na ordem de trabalhos os munícipes intervissem a seguir ao PAOD, antes da ordem do dia, acrescentando que, em sua opinião, se não houver impedimento quer do Executivo quer do ponto de vista jurídico-legal poderia ser ponderada a possibilidade de os munícipes intervirem no início da reunião tendo a Sra. Presidente respondido que essa questão iria ser analisada.

Nessa sequência, o Sr. Vereador João Graça usou da palavra referindo que a sua opinião é exatamente contrária, porque os munícipes ao assistirem à reunião de Câmara poderão, eventualmente, ficar esclarecidos sobre os assuntos que pretendiam questionar, como, aliás, já aconteceu em algumas situações.

Retomando a palavra, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes questionou relativamente à informação dada pela Sra. Presidente sobre o estudo de viabilidade de criação no concelho de uma universidade sénior, se o grupo de trabalho já estava constituído tendo a Sra. Presidente informado que já estava constituído mas que ainda não estava fechado.

Não se registando mais intervenções, a Sra. Presidente deu este período por encerrado e passou à ordem do dia.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 20/2018

Reunião Ordinária de 31 de outubro de 2018

4. PROPOSTA DE ESCALA DE TURNOS DA FARMÁCIA PARA O ANO CIVIL DE 2019 – PARECER

Presente e-mail da Administração Regional de Saúde do Centro, I.P., remetendo, para aprovação, nos termos e para cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 53/2007, de 8 de março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 7/2011, de 10 de janeiro, e pelo Decreto-Lei n.º 172/2012, de 1 de agosto, e no artigo 3.º, n.ºs 1 e 2, da Portaria n.º 277/2012, de 12 de setembro, a proposta de escala de turnos da farmácia sediada neste Município, a entrar em vigor a partir de 1 de janeiro de 2019.

Propõe-se que, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 3.º da Portaria n.º 277/2012, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere dar parecer favorável à escala de turnos apresentada para a única farmácia existente no Município (Farmácia Dinis Carvalho), no pressuposto de que o serviço é assegurado 24 horas/dia, todos os dias do ano, incluindo sábados, domingos e feriados, seja em regime de serviço permanente ou de disponibilidade.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

5. SPORT CASTANHEIRA DE PERA E BENFICA – PEDIDOS DE CEDÊNCIA DE TRANSPORTE, DE UTILIZAÇÃO DOS BALNEÁRIOS DO PAVILHÃO GIMNODESPORTIVO MUNICIPAL E DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DAS RESPECTIVAS TAXAS

Presentes e-mails do Sport Castanheira de Pera e Benfica a solicitar transporte e autorização para utilização dos balneários do Pavilhão Municipal, no âmbito do 1.º Torneio Distrital Infantis Sub/12 – Série “A”, do Campeonato Distrital 1.ª Divisão Juvenis Masculinos – Fase 1 e do Campeonato Distrital 1.ª Divisão – Seniores Masculinos – Série “A”, respetivamente, organizados pela Associação de Futebol de Leiria, bem como a isenção das respetivas taxas.

Considerando que a atividade física e o desporto contribuem para a promoção do bem-estar, da qualidade de vida e da saúde da população, inserindo-se este domínio nas atribuições e competências do Município, conforme decorre do disposto na alínea f) do n.º 2 do artigo 23.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando a inegável mais-valia que o Sport Castanheira de Pera e Benfica, Instituição de Utilidade Pública, representa no fomento da atividade desportiva local e na ocupação de tempos livres, nomeadamente, no seio da comunidade mais jovem;

Propõe-se que, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere ratificar as decisões de cedência de transporte nos dias 20 e 27 de outubro de 2018 e de cedência dos balneários do pavilhão gimnodesportivo no dia 27 de outubro de 2018, com isenção do pagamento das respetivas taxas.

Mais se propõe, que a Câmara Municipal delibere dar deferimento aos restantes pedidos indicados nos e-mails supra referidos, incluindo os pedidos de isenção do pagamento das taxas devidas.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 20/2018

Reunião Ordinária de 31 de outubro de 2018

6. CERCICAPER – PEDIDOS DE CEDÊNCIA DE TRANSPORTE E DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DAS RESPETIVAS TAXAS

Presentes e-mails da CERCICAPER, a solicitar a cedência dos seguintes transportes:

- Dia 17 de outubro de 2018 - Deslocação a Coimbra e visita ao Castelo de Penela, no âmbito do encontro Desportivo, a realizar durante os dias 17, 18 e 19 em Castanheira de Pera;
- Dia 24 de outubro de 2018 - Transporte de um grupo de clientes da instituição para passar o dia na Santa Claus Audiovisual, empresa especializada na dobragem de filmes, localizada em Cascais, conforme convite endereçada pela Associação de Vítimas do Incêndio de Pedrógão Grande;
- Dia 4 de novembro de 2018 – Transporte do rancho “Os serranos” para participar na XII Feira de Rua da Castanha, do Mel e Artesanato, no Coentral Grande.

Considerando o grande relevo social do papel desempenhado pela Cercicaper, não só em Castanheira de Pera, mas também nos concelhos limítrofes;

Considerando a filosofia subjacente à atividade desenvolvida pela Câmara Municipal, no sentido de procurar servir sempre, e cada vez melhor, o interesse público;

Considerando que o cumprimento do desiderato invocado no ponto anterior, também passa pela estreita colaboração da autarquia com as instituições locais, o que, aliás, resulta da letra e do espírito das leis reguladoras da sua atuação;

Propõe-se que, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere ratificar as decisões de cedência de transporte nos dias 17 e 24 de outubro de 2018, com isenção do pagamento das respetivas taxas.

Mais se propõe, que a Câmara Municipal delibere dar deferimento ao pedido de transporte para o dia 4 de novembro p.f., incluindo a isenção do pagamento das taxas devidas.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

7. LIGA PORTUGUESA CONTRA O CNCRO – PEDIDO DE CEDÊNCIA DE TRANSPORTE E DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DAS RESPETIVAS TAXAS

Presente e-mail da Liga Portuguesa Contra o Cancro – Núcleo Regional do Centro, a solicitar transporte para o grupo de Voluntariado Comunitário de Castanheira de Pera se deslocar a Coimbra, no próximo dia 2 de dezembro, no âmbito da gala de encerramento das comemorações do quinquagésimo aniversário do Núcleo Regional do Centro da LPCC, bem como a isenção do pagamento da respetiva taxa.

Considerando que as ações levadas a cabo pela Liga Portuguesa Contra o Cancro se revelam de enorme importância, nomeadamente, no que respeita à sensibilização e informação da população relativamente à doença oncológica;

Considerando as atribuições do Município no domínio da saúde, cfr. alínea g) do n.º 2 do artigo 23.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 20/2018

Reunião Ordinária de 31 de outubro de 2018

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere dar deferimento ao pedido formulado, incluindo a isenção do pagamento das respetivas taxas.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

8. CLUBE DE CAÇADORES DE CASTANHEIRA DE PERA – MONTARIA PEDIDO DE CEDÊNCIA DE VIATURAS

Presente carta do Clube de Caçadores de Castanheira de Pera, informando que no dia 10 de novembro de 2018 irá realizar uma montaria no concelho e solicitando, uma vez mais, apoio logístico do Município para o efeito, através da cedência de viaturas para transporte dos caçadores participantes no evento.

Considerando o relevante interesse da iniciativa para a promoção e divulgação do concelho, particularmente no que respeita à sua vertente cinegética, propõe-se que, à semelhança de anos anteriores, a Câmara Municipal delibere conceder o apoio solicitado, na medida das suas competências e disponibilidades.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

9. JUNTA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE CASTANHEIRA DE PERA E COENTRAL – PEDIDO DE CEDÊNCIA DE TRANSPORTE

Presente pedido formulado pela União das Freguesias de Castanheira de Pera e Coentral para cedência do autocarro do Município, a fim de transportar o Rancho Neveiros do Coentral para participar na Feira da Castanha e do Mel, a realizar nos dias 3 e 4 de novembro de 2018, no Coentral.

Considerando o interesse da iniciativa e a sua contribuição para a dinamização e divulgação do concelho;

Considerando que a atuação daquele grupo folclórico constitui um motivo de atração de visitantes para o evento em apreço;

Considerando o espírito de colaboração que deve presidir às relações institucionais e que tem sido fomentado por ambas as partes, com manifestos benefícios para o bem-comum;

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere dar deferimento ao pedido formulado, isentando a requerente do pagamento das respetivas taxas.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

10. SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CASTANHEIRA DE PERA – PEDIDO DE CEDÊNCIA DE TRANSPORTE E DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DAS RESPETIVAS TAXAS - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO

Presente e-mail da Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera a solicitar transporte para um grupo de utentes se deslocar a Góis, no dia 1 de outubro p.p., no âmbito do Dia Internacional do Idoso, para realização de uma atividade lúdica com idosos de diversas instituições, bem como a isenção do pagamento da respetiva taxa.

Considerando o espírito de colaboração que deve presidir às relações institucionais e que tem sido fomentado por ambas as partes, com manifestos benefícios para o bem-comum;



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 20/2018

Reunião Ordinária de 31 de outubro de 2018

Considerando que a data requerida para cedência do transporte não se coadunava com a presente reunião, sendo necessária uma tomada de decisão em tempo útil;

Foi proferido despacho no sentido de dar deferimento aos pedidos formulados pela Santa Casa da Misericórdia, propondo-se, pela presente, que, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere a ratificação do mesmo.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

11. SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CASTANHEIRA DE PERA – PEDIDO DE CEDÊNCIA DE ESPAÇO PARA FORMAÇÃO – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO

Presente carta da Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera, datada de 18/10/2018, que, por um lado, veio informar que esta entidade submeteu uma candidatura ao Programa Operacional Inclusão Social e Emprego, no âmbito da qual obteve a aprovação de quatro cursos de formação, para 4 turmas, de 15 formandos cada, destinados a beneficiários de rendimento social de inserção, desempregados, adultos de baixos rendimentos, adultos em risco de exclusão e pessoas potencialmente vulneráveis e, por outro lado, veio solicitar ao Município a cedência de um espaço para realização dos referidos cursos, sendo que o primeiro teve início no passado dia 24 de outubro corrente.

Considerando o relevante papel socioeconómico desempenhado pela Santa Casa da Misericórdia, do qual resultam inegáveis benefícios para a população e para o Concelho;

Considerando a importância do estabelecimento de laços de cooperação que permitam o desenvolvimento de iniciativas que vão de encontro às atribuições do Município em matéria de educação e formação profissional;

Considerando as oportunidades e os resultados positivos que se podem atingir no âmbito desta colaboração, designadamente, ao nível da dotação dos formandos com conhecimentos teórico-práticos que lhes facilitem a integração no mercado de trabalho;

Considerando que o Município dispõe de alguns espaços que se encontram devolutos e que podem ser usados pela requerente para o efeito pretendido, como é o caso do edifício da antiga escola primária da Vila;

Considerando que a data de início do primeiro curso não se coadunava com a data de realização da presente reunião, sendo necessária uma tomada de decisão em tempo útil;

Foi proferido despacho no sentido de dar deferimento à pretensão da requerente, nos seguintes termos e condições:

- O Município cede à Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera, de forma precária e gratuita, um espaço/sala no edifício da antiga escola primária da Vila, responsabilizando-se pelo pagamento das respetivas despesas de eletricidade e água;
- O espaço cedido destina-se, exclusivamente, à realização do(s) curso(s) de supra mencionados;



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 20/2018

Reunião Ordinária de 31 de outubro de 2018

- A Santa Casa da Misericórdia zelará por uma cuidadosa utilização do espaço cedido;
- A requerente responsabilizar-se-á pela indemnização dos estragos que o espaço cedido venha a sofrer durante a realização do(s) curso(s) e que não decorram de um uso normal e diligente;
- Findo(s) o(s) referido(s) curso(s), a Santa Casa devolverá o espaço cedido, livre, devoluto, e no estado em que foi recebido, não carecendo o Município de efetuar qualquer comunicação para o efeito.

Assim, propõe-se que, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere ratificar o referido despacho.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

12. MUNICÍPIO DE LEIRIA – PROPOSTA DE PROTOCOLO DE PARCERIA (CAPITAL EUROPEIA DA CULTURA 2027)

Presente proposta de Protocolo de Parceria a celebrar entre os Municípios de Leiria e Castanheira de Pera no âmbito de uma candidatura da cidade de Leiria ao título Capital Europeia da Cultura 2027, a ser submetida oportunamente ao processo de seleção nacional.

O Protocolo toma por base os propósitos da referida candidatura, comprometendo as duas entidades a colaborar com os seus meios próprios na constituição de uma rede alargada para o conhecimento, a arte e a cultura, com vista a fortalecer, diversificar e qualificar o projeto da mesma.

Considerando a manifesta relevância da cultura na construção de sociedades mais informadas, empreendedoras e civicamente ativas, em suma, socialmente mais evoluídas, a todos os níveis;

Considerando que a cooperação entre os dois Municípios a que, certamente, se juntarão outros mais, permitirá reforçar a criação e a inovação, atrair talento e disseminá-lo no território, vivificando os recursos, não apenas culturais, mas também económicos e sociais, conferindo maior escala aos projetos de cada um dos cooperantes;

Considerando que o projeto permitirá assegurar maior mobilidade aos criadores e agentes culturais, científicos e tecnológicos e facilitará a procura e obtenção de apoios financeiros com maior expressividade;

Considerando as mais-valias que a candidatura, a ser aprovada, trará para toda a região, nomeadamente, em termos de visibilidade interna e externa

Considerando a relevância dos demais objetivos ínsitos no protocolo em causa;

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere aprovar a celebração do mesmo, nos precisos termos da minuta que se anexa e se dá aqui por reproduzida para todos os efeitos legais.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

13. INSTITUTO NACIONAL PARA A REABILITAÇÃO – PROPOSTA DE PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA INCLUSÃO



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 20/2018

Reunião Ordinária de 31 de outubro de 2018

No âmbito do Protocolo de Cooperação SIM-PD (Serviço de Informação e Mediação para Pessoas com Deficiência) celebrado entre o Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P. (INR, I.P.) e este Município vem aquela entidade remeter uma nova proposta de Protocolo de Cooperação, desta feita para a implementação de um Balcão da Inclusão neste Concelho.

Com este novo protocolo o INR, I.P. procura potenciar a intervenção da rede de Balcões de Inclusão, cujas atribuições vão desde fazer o atendimento qualificado dos munícipes com deficiência/incapacidade e respetivas famílias, bem como dos técnicos de reabilitação e instituições que desenvolvem qualquer tipo de atividade neste domínio, até, entre outras, recolher informação que permita produzir diagnósticos de caracterização local das pessoas com deficiência/incapacidade, assegurando, concomitantemente, o acesso a uma informação integrada sobre os direitos, benefícios e recursos existentes para a resolução dos problemas que se colocam diariamente a estes cidadãos.

Considerando a relevância dos argumentos aduzidos no referido protocolo, nomeadamente no que respeita à promoção da igualdade de oportunidades por parte de cidadãos com deficiência/incapacidade, propõe-se que a Câmara Municipal delibere aprovar a celebração do protocolo em apreço, nos precisos termos da minuta que se anexa e se dá aqui por reproduzida para todos os efeitos legais.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

14. CENTRO QUALIFICA PETROENSINO – PROPOSTA DE PROTOCOLO DE ITINERÂNCIA

Presente proposta de Protocolo de Itinerância a celebrar entre o Centro Qualifica da Petroensino e o Município de Castanheira de Pera, tendo como objeto a realização de uma parceria institucional entre ambas as entidades, no sentido de promover o aumento da qualificação dos ativos e restante população, através da participação em processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências, desenvolvidas por aquele Centro, na área territorial de abrangência deste Município.

Considerando as atribuições do Município em matéria de educação, ensino e formação profissional, nas quais o presente protocolo tem pleno enquadramento;

Considerando que os Centro Qualifica representam uma manifesta mais-valia no aumento dos níveis de educação e formação da população adulta, contribuindo para a melhoria dos seus níveis de qualificação, bem como para a melhoria da empregabilidade dos indivíduos;

Considerando que o concelho de Castanheira de Pera detém ainda uma percentagem significativa de população com baixo nível de escolaridade, que poderá beneficiar dos serviços prestados pelo Centro Qualifica supra mencionado, com todas as vantagens que daí podem advir;

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere aprovar a celebração do protocolo em apreço, nos precisos termos da minuta que se anexa e se dá aqui por reproduzida para todos os efeitos legais.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 20/2018

Reunião Ordinária de 31 de outubro de 2018

15. MÉDICOS DO MUNDO – PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DA CEDÊNCIA DE ESPAÇOS

Presente e-mail remetido pela organização Médicos do Mundo, informando que passado mais de um ano sobre o incêndio de 17 de junho de 2017, continua a operar neste território, no âmbito da Missão Esperança – Castanheira de Pera.

Pretendendo estender a sua atividade junto da população castanheirense e argumentando no sentido da relevância que a sua atuação tem no bem-estar e apoio aos munícipes, vem aquela entidade, através do aludido e-mail, solicitar a manutenção da cedência do espaço do Fórum Activo por mais 90 dias, contados da data fixada para término do projeto.

Considerando a mais-valia do trabalho desenvolvido pela Médicos do Mundo no Concelho, particularmente no período conturbado que se seguiu ao incêndio, para o que muito contribuiu a sua experiência e know-how em cenários de catástrofe;

Considerando que a Missão Esperança – Castanheira de Pera foi para a indicada organização uma inovação no modo como atuava no terreno e que, pese embora esse facto, as soluções e metodologias aplicadas, bem como o modelo adotado possibilitaram a ajuda de centenas de pessoas afetadas, direta ou indiretamente, pelo incêndio, sem descurar outras situações de carência e de vulnerabilidade, que foram consideradas pela mesma como justificativos para o seu apoio;

Considerando que se torna pertinente estabelecer uma metodologia de transição entre o modo de atuação que foi sendo implementado, nomeadamente, no que concerne às ajudas do Município, no caso em apreço com a cedência do espaço do Fórum Activo, e o modo como a mesma pretende desenvolver para futuro a sua atuação neste território;

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere manter a cedência do espaço em causa pelo período requerido, findo o qual deverá aquela organização proceder à sua entrega imediata, nos termos apostos na cedência inicial.

Mais se propõe, que, atendendo ao facto de a instituição pretender prosseguir a sua atividade local em moldes diferentes dos atuais, a Câmara Municipal determine que a mesma dê cumprimento a tudo o que foi estipulado para esta fase final do projeto.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

16. MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2019

Presente proposta de Mapa de Pessoal do Município para o ano de 2019, que contém a indicação do número de postos de trabalho necessários para o cumprimento dos objetivos da organização, caracterizados em função das atividades e competências que o seu titular se destina a cumprir ou executar; ou do cargo, carreira e/ou categoria que lhes correspondam; e dentro de cada carreira e/ou categoria a área de formação académica ou profissional de que o seu ocupante deva ser titular.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 20/2018

Reunião Ordinária de 31 de outubro de 2018

Propõe-se que, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 4 do artigo 29.º, do Anexo I, da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, a Câmara Municipal delibere a sua aprovação e posterior submissão à Assembleia Municipal.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por maioria e em minuta com a abstenção dos Senhores Vereadores do PS.

17. DGAL – ALERTA PRECOCE DE DESVIOS – INFORMAÇÃO RELATIVA AO ANO DE 2017 (DADOS PROVISÓRIOS)

Presente ofício da Direção Geral das Autarquias Locais a informar, para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 56.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que, de acordo com os dados disponíveis na aplicação informática SIIAL – Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais, a dívida total deste Município prevista no artigo 52.º ultrapassou, em 31 de dezembro de 2017, a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

Tomado conhecimento.

18. BALANCETE

Foi presente o balancete referente ao dia 29 de outubro de 2018, no qual consta que o total de disponibilidades desta Câmara Municipal era nesse dia de 2.620.421,31 € (dois milhões seiscentos e vinte mil quatrocentos e vinte e um euros e trinta e um centavos), sendo as operações orçamentais no valor de 2.572.039,67 € (dois milhões quinhentos e setenta e dois mil trinta e nove euros e sessenta e sete centavos) e as operações não orçamentais no valor de 48.381,64 € (quarenta e oito mil trezentos e oitenta e um euros e sessenta e quatro centavos). Os movimentos de tesouraria ascendiam nesse mesmo dia ao montante de 2.630.564,61 € (dois milhões seiscentos e trinta mil quinhentos e sessenta e quatro euros e sessenta e um centavos), valor que inclui o montante de 10.143,30 € (dez mil cento e quarenta e três euros e trinta centavos) em documentos.

Tomado conhecimento.

19. PAGAMENTOS

Foi presente listagem dos pagamentos autorizados e efetuados entre 04/10/2018 e 29/10/2018, registados sob os números 1139 e 1173 a 1289, no valor total de 450.107,18€ (quatrocentos e cinquenta mil cento e sete euros e dezoito centavos), respeitantes a despesas orçamentais.

Tomado conhecimento.

20. GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2019

Conforme o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e nos termos do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, procedeu-se à elaboração das Grandes Opções do Plano e da proposta de Orçamento para o ano económico de 2019, que apresentam os seguintes valores:

- Grandes Opções do Plano - 6.778.356,00 €
- Orçamento da Receita - 9.013.443,00 €
- Orçamento da Despesa - 9.013.443,00 €



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 20/2018

Reunião Ordinária de 31 de outubro de 2018

Propõe-se que, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, supra indicado, em articulação com a alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I do mesmo diploma, a Câmara Municipal delibere a sua aprovação e posterior submissão à Assembleia Municipal.

DISCUSSÃO:

Usou da palavra o Sr. Vereador Gonçalo Lopes, começando por saudar a existência de mensagem da Sra. Presidente de Câmara que vem corrigir a lacuna apontada no ano passado pela bancada do PS, transmitindo uma visão/abordagem daquilo que se pretende. Saudou também a própria elaboração do documento que, no seu ponto de vista, tem uma composição e elaboração que ajuda muito a compreender os dados ali apresentados para quem não é da área financeira.

Em seguida, referiu que começava a análise do presente documento precisamente pela mensagem da Sra. Presidente da Câmara Municipal, onde é identificado um conjunto de pressupostos sobre os quais a gestão do próprio orçamento *“e, por essa via, do próprio Município assentará”*.

Procedeu à leitura do seguinte excerto da referida mensagem: *“Os documentos provisionais para 2019 foram elaborados tendo por base o planeamento estratégico inerente a este ciclo autárquico, que se iniciou em 22 de outubro de 2017, que passa pela identificação de um conjunto restrito de ideias estruturantes e induz uma visão de mudança com vista ao aproveitamento das oportunidades de afirmação competitiva e sustentável do Município assentando nas seguintes orientações estratégicas”*. Finda a leitura pediu à Sra. Presidente que explicasse o que queria dizer com aquele parágrafo.

No uso da palavra, a Sra. Presidente referiu considerar ser falta de capacidade da sua parte por, em duas ou três linhas não ter conseguido que a sua mensagem fosse perceptível, acrescentando não entender a dúvida concreta do Sr. Vereador Gonçalo Lopes sobre o excerto que leu.

Prosseguindo, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes procedeu à leitura da primeira orientação estratégica referida no documento, questionando se *“incentivar a participação da comunidade local”* representa deixar de fora uma proposta apresentada pela bancada do PS relativamente ao orçamento participativo, proposta essa que apresentaram em junho e chamaram à atenção que era a altura certa de, querendo, começar a pensar numa proposta de regulamentação para reinstituir ou instituir a figura do orçamento participativo.

Lembrou que, na altura em que apresentaram a proposta transmitiram que era *“uma oportunidade de aprofundamento da relação entre eleitores e eleitos e com isso o aprofundamento da própria democracia e da participação cívica dos cidadãos”*.

Concluiu o seu raciocínio dizendo que as palavras na mensagem da Sra. Presidente *“incentivar a participação da comunidade local”* estão muito bem ditas porém *“na prática, isto não se materializa”* questionando onde é que o Executivo aplica aquela pretensão, tendo a Sra. Presidente respondido de imediato, que um exemplo dessa participação era o Natal na Aldeia.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 20/2018

Reunião Ordinária de 31 de outubro de 2018

Continuando a sua intervenção, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referiu considerar haver claramente, do seu ponto de vista, *“uma incoerência de fundo”*, pois aquilo que *“dizem não corresponde àquilo que os Senhores fazem”*.

Em seguida, e citando a segunda orientação estratégica explanada na mensagem do documento em apreço: *“incentivar o investimento, para que se criem mais oportunidades de emprego (...)”*, referiu não ver aplicadas aquelas palavras e, na sua opinião, contrariam *“paradoxalmente”* as preocupações que reiteradamente a bancada do PS tem vindo a manifestar, nomeadamente, sobre a questão do Parque Industrial do Safrujo, da empresa Bainha Aberta, da Fábrica Barros III e sobre a Lusiaves.

No uso da palavra, a Sra. Presidente informou, relativamente à Lusiaves, que existiam condicionantes impostas no que respeita aos terrenos, não dependendo essa situação da autarquia. No que respeita às restantes preocupações deixou claro que existem situações que não se resolvem de um momento para o outro, ao que o Sr. Vereador Gonçalo Lopes rematou que *“não é assim que se incentiva ao investimento”*.

Prosseguindo com a análise do documento, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes citou o terceiro ponto da mensagem da Sra. Presidente *“Valorização das pessoas, propiciando-lhes melhor qualidade de vida”*

De imediato, a Sra. Presidente questionou se achava que a autarquia não tem feito nada nesse domínio, lembrando a área da saúde, tendo o Sr. Vereador Gonçalo Lopes respondido que essa área é da administração da autarquia.

Nessa sequência, a Sra. Presidente referiu que ainda que assim fosse, o Executivo tem vindo a exercer bastante pressão junto da ACES para combater a ausência de médicos no Centro de Saúde de Castanheira de Pera, a fim de propiciar às pessoas uma melhor qualidade de vida, mais neste domínio tão importante.

Retomando, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes agradeceu a disponibilidade do Município no que respeita às áreas da educação e da cultura, e aproveitou para alertar para o estado do Auditório da Praça da Notabilidade, que necessita de uma intervenção há muito tempo.

Retorquindo, a Sra. Presidente referiu que os problemas existentes no auditório não são de agora tendo o Sr. Vereador Gonçalo objectado que este Executivo já teve tempo de fazer ali alguma coisa relativamente àquele espaço tendo, nessa sequência, sido trocadas mais algumas considerações entre ambos sobre o assunto.

Continuando, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes questionou o sentido da orientação estratégica no que respeita a *“fomentar políticas de proteção territorial utilizando os recursos de forma sustentável, inteligente e inclusiva no âmbito da recolha seletiva dos resíduos urbanos, Etar’s, redução das perdas de água,*



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 20/2018

Reunião Ordinária de 31 de outubro de 2018

redução dos consumos energéticos e recursos florestais”, ao que a Sra. Presidente respondeu que o objetivo desta orientação é proteger o Concelho de Castanheira de Pera.

Continuando, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes transmitiu que ao ler esta orientação estratégica pensou que, nesta fase, o Executivo já está a dar como adquirido a inclusão do Município de Castanheira de Pera no sistema intermunicipal de abastecimento de água, tendo a Sra. Presidente ripostado por se tratar de uma matéria ainda não decidida.

A propósito deste assunto, o Sr. Vereador António Henriques questionou qual o fim do valor de €46.817,00, indicado no documento, na rubrica 907 (ações e outras participações do Município em empresas com capital próprio).

Em resposta, a Sra. Presidente informou que o valor se encontra associado a uma possível integração na agregação, ao que o Sr. Vereador António Henriques depreendeu que o Executivo já estaria a assumir essa pretensão de antemão.

Volvendo, a Sra. Presidente informou que, como era óbvio, e assim devia ser, que do ponto de vista do Plano, essa possibilidade se encontra em aberto.

Este assunto originou uma pequena troca de impressões sobre a possível agregação do Município na empresa intermunicipal de águas tendo os Senhores Vereadores do PS manifestado algumas das suas preocupações sobre o assunto.

Retomando a sua análise, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referiu que, compreensivelmente, do ponto de vista do Plano, o Executivo tem de deixar algumas possibilidades em aberto, porém, o Executivo tem uma ideia formada sobre se há ou não possibilidade de integrar esta agregação.

Argumentando, a Sra. Presidente referiu que se existisse efetivamente essa certeza, os valores do saneamento e da água não apareciam nos moldes em que se apresentam e sim em moldes mais reduzidos, pelo que não aceita a leitura que os Srs. Vereadores do PS fazem sobre este assunto.

Continuando, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes fez referência à orientação estratégica *“promover a coesão social, em estreita colaboração com os principais agentes locais (combate ao isolamento social, habitação social, promover a igualdade de tratamento)”*, questionando de que forma é que o Orçamento, que tem previstos 20 mil euros para a habitação social, pode contribuir para aquela orientação

Em resposta, a Sra. Presidente informou que o valor contemplado no Orçamento de 20 mil euros destinado à habitação social se deve à necessidade urgente de intervenção em alguns imóveis, ainda que acredite que esse valor poderá não chegar para fazer face às necessidades existentes, determinando a necessidade de ser reforçada mais tarde.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 20/2018

Reunião Ordinária de 31 de outubro de 2018

O Sr. Vereador Gonçalo Lopes insistiu questionando que outras medidas o Orçamento elenca para combater o isolamento social tendo o Sr. Vereador João Graça respondido que no orçamento também veem explanadas verbas para as IPSS's do concelho para apoio a esta orientação.

Continuando, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes fez alusão à ultima orientação estratégica *“Garantir o equilíbrio económico e financeiro e redução da dívida à banca”* que o documento elenca, fazendo notar que não foi o atual Executivo que garantiu o equilíbrio financeiro, acrescentando o Sr. Vereador João Graça que também não foi o atual Executivo que originou a entrada do Município no processo de reequilíbrio.

Volvendo, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes reiterou que também o anterior Executivo não teve responsabilidade nessa matéria, e que era importante lembrar que a alteração do próprio enquadramento das autarquias locais obrigou a que isso acontecesse.

Quanto à redução da dívida à banca, questionou se pode subentender naquelas palavras, que está prevista alguma amortização extraordinária.

A Sra. Presidente respondeu que não poderia confirmar tal facto, lembrando que o valor da dívida, em termos de corrente, existe e absorve aos cofres da Câmara Municipal anualmente 800 mil euros e que é preciso avaliar se há ou não possibilidade de amortizar um ou dois empréstimos para libertar essa verba corrente.

Esclareceu que, tendo em conta o valor total da dívida que, à data de 1 de janeiro de 2019, ascenderá os € 4.241.525,00 € e tendo em conta que a Câmara Municipal irá contrair um empréstimo para fazer face à recuperação das habitações não permanentes, não poderia garantir o compromisso de uma possível amortização extraordinária para a redução da dívida, o que, em seu entender, seria ideal inclusivamente para não condicionar o Orçamento.

Na sequência da explicação, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes transmitiu que estava a perceber que em vez dos vários empréstimos que foram contraídos para fazer face ao plano de reequilíbrio financeiro, juntar-se-iam todos e dessa forma libertar-se-ia verba.

A Sra. Presidente esclareceu que se se conseguir efetivar essa medida em termos de orçamento era muito positivo, no entanto, caso não seja possível, terão de ser equacionados os vários empréstimos e vamos aguardar o que vai acontecer na questão das segundas habitações.

O Sr. Vereador Gonçalo Lopes referiu que podia concluir que significa que *“do ponto de vista da liquidez este Município está bem e recomenda-se”* para pretender avançar com uma mediada dessas tendo, de imediato, a Sra. Presidente complementado que o Executivo está atento.

Continuando, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes deixou uma nota sobre a utilização do “slogan” da campanha eleitoral, frisando não lhe parece adequado



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 20/2018

Reunião Ordinária de 31 de outubro de 2018

uma vez que o Orçamento sendo um documento político não pode, nem deve, ser um partidário.

Em resposta, a Sra. Presidente referiu que não é partidária como todos sabem, tendo o Sr. Vereador João Graça complementado que *“Unidos pelo Futuro de Castanheira”* fica bem no final da mensagem da Sra. Presidente, porém o slogan do PS *“Unidos por Castanheira”* também ficaria bem.

Retomando a palavra, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referiu que depois de ter feito esta análise focada na mensagem da Sra. Presidente não pretendia estender muito a discussão do orçamento e como tal transmite o que é para os Vereadores do PS a leitura na generalidade do presente documento.

Assim, refere que a proposta apresentada reflete dois aspetos, por um lado o que tem sido este ano a falta de execução, verificando-se que do ponto de vista do volume este Orçamento tem um défice de *“meio milhão de euros”* comparativamente com o Orçamento do ano transato.

Mais, referiu que num momento em que está ultrapassado um período de reequilíbrio financeiro era urgente focar a ação do Executivo e do Município na consolidação, na execução e na atração de investimento, era o momento determinante de agir. Assim, concluiu que, para os Vereadores do PS, esta proposta traduz o que foi *“um ano perdido do ponto de vista da operacionalidade ou da falta dela por parte deste Executivo”*.

Por outro lado, disse que os Vereadores do PS não poderiam deixar de assinalar que a proposta ali apresentada é, *“em larga medida, um copy/paste”* do que foi analisado há um ano atrás.

Tomando a palavra, a Sra. Presidente disse não estar de acordo com aquela afirmação, acrescentando que os Vereadores do PS não podiam pedir ao Executivo para apresentar propostas de investimento que não sejam possíveis de concretizar pois o Orçamento é um compromisso daquilo que se vai fazer, e um dos problemas com que se debate, a título exemplificativo, é o impedimento de poder contratar pessoal.

O Sr. Vereador Gonçalo Lopes explicou que não estava a falar de pessoal, lembrando que a Câmara Municipal contratou uma empresa para ajudar na instrução de candidaturas, questionando quais as candidaturas que já foram feitas tendo a Sra. Presidente respondido de imediato que já foram feitas várias candidaturas.

Retorquindo, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes salientou que quer saber quantas candidaturas foram submetidas para além das que o anterior Executivo já tinha deixado feitas.

Volvendo, a Sra. Presidente referiu que quando este Executivo tomou posse verificou que faltavam fazer inúmeros procedimentos no âmbito das candidaturas submetidas,



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 20/2018

Reunião Ordinária de 31 de outubro de 2018

Nesta sequência, houve mais alguma troca de considerações entre o Executivo, nomeadamente sobre como se encontravam as candidaturas feitas pelo anterior executivo, os critérios utilizados e os prazos para as várias candidaturas previstas.

Prosseguindo, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referiu que *“alguém criou condições, negociou valores para serem executados”* e que apenas *“faltava operacionalizar”*, salientando que é entendimento dos Vereadores do PS que a proposta apresentada *“reflete um ano de muito pouca produtividade do ponto de vista da operacionalidade dos dinheiros que tinham disponíveis”*.

Lembrou que existiu *“um período longo, difícil, de sacrifício para todos os Castanhirenses em que o Município não pôde fazer a parte que lhe competia que era dirimir os problemas através dos mais diversos mecanismos”* assim, ultrapassadas as dificuldades associadas a esse estado, entende que seria urgente reverter a situação.

Mais, lembrou que até mesmo a própria catástrofe que assolou e devastou uma área significativa do Concelho, trouxe oportunidades e dinheiros que de outra forma não seria fácil terem vindo e, como tal, quer acreditar que este Executivo não *“vai desbaratar”* este conjunto de oportunidades.

Depois de mais alguma troca de considerações sobre as oportunidades existentes, nomeadamente sobre os financiamentos disponíveis e como estão a ser analisados e aproveitados, interveio o Sr. Vereador António Henriques referindo que entende *“a falta de procedimentos e a falta de recursos”* do Município e concordaria *“por inteiro”* se tivesse sido contratada uma empresa para dar apoio na organização destes procedimentos, mas a tempo de esgotar por completo as verbas que já estavam previstas no orçamento para 2018. Contudo, deixá-las em 80% para 2019 que é o que está espelhado no orçamento é, na sua opinião, *“inaceitável”*. Salientou que o documento em análise *“pouco mais é que aquilo que era o orçamento do ano passado”* e, como tal, considera que *“não traz visão”* para aquilo que é necessário para o Concelho, que se traduz em *“investimento, criação de emprego”*.

Contrariando o que foi dito, a Sra. Presidente chamou à atenção para uma rubrica com a verba de 397.380,00 € (pág. 105), que significa a pretensão de concretizar no próximo ano a criação dos *“Passadiços das Quelhas”* que resulta de uma candidatura efetuada este ano e que será muito positiva para Castanheira de Pera.

Interrompendo, o Sr. Vereador António Antunes referiu que já existiam os *“Passadiços de Peralta”* com uma verba coincidente e até a delimitação é a mesma tendo a Sra. Presidente contrariado voltando a enfatizar, que a candidatura *“Passadiços das Quelhas”* era uma candidatura nova, feita agora.

Na sequência, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referiu que candidaturas como esta são importantes para o concelho salientando que, depois de tantos anos com o concelho em plano de reequilíbrio financeiro, é para este tipo de investimento que



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 20/2018

Reunião Ordinária de 31 de outubro de 2018

os Vereadores do PS chamam a atenção, insistindo que o Executivo deve pugnar por apresentar mais projetos, mais candidaturas para juntar a esta que é, até ao momento, a sua única candidatura apresentada.

Retomando, a Sra. Presidente salientou que este Executivo tem a preocupação de tentar aproveitar apesar de *“não na íntegra”* o dinheiro que foi mal gasto em projetos que rondam cerca de 460.000,00 €, dando como exemplo um projeto para um Estádio na Retorta que custou € 25.000,00 € no ano de 2007, período em que a Câmara estava em reequilíbrio, projeto este que poderia ter sido candidatado no âmbito de Infraestruturas Desportivas que existia à data, com uma percentagem de 90% a 95% de fundo perdido, o que não ocorreu.

Continuando, fez um breve resumo da candidatura em causa, concluindo que este tipo de gestão não devia ser permitido uma vez que estão em causa *“dinheiros públicos”*. Referiu, ainda, as várias diligências que foram tomadas no sentido de resolver todas as questões relacionadas com esta matéria.

Deu ainda como exemplo outro projeto, ora para o Parque do S. João da Mata que custou cerca de 90 mil euros, numa altura em que o Município já estava numa situação *“económico-financeira completamente desastrosa”* que ainda no orçamento do ano passado vinha explanado e que este Executivo ia tentar requalificar no intuito de não perder na totalidade aquela despesa.

Sobre esta matéria, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referiu considerar espantoso que a Sra. Presidente responda à falta de operacionalidade deste Executivo com o que se passou no passado deixando bem claro que, o facto de haver projetos significa que havia vontade de concretizar apesar dos constrangimentos. Terminou fazendo notar que a apresentação de um plano tem de ter uma visão e não deve ser uma cópia do anterior.

Intervindo, o Sr. Vereador João Graça retificou aquela afirmação, dizendo que o presente documento não era uma cópia do anterior.

Houve novamente uma troca de impressões entre o Executivo tendo o Sr. Vereador Gonçalo Lopes transmitido que essa é a conclusão que retiram, na generalidade, do documento, acrescentando que iriam aguardar pela Prestação de Contas, uma vez que nesse documento virão refletidas as taxas de execução, ao nível da receita e da despesa, do presente Executivo.

Em seguida, usou da palavra o Sr. Vereador António Henriques, referindo que verificou do documento em análise que existe uma rubrica aberta (pág. 93) destinada ao Auditório da Praça da Notabilidade com um saldo de 10,00 €, questionando para quando está prevista a requalificação daquele espaço.

Em resposta, a Sra. Presidente informou que aquele imóvel necessita de requalificação tal como muitos outros tendo em conta o estado de degradação, que de há muitos anos a esta data, nunca tiveram qualquer tipo de manutenção, nomeadamente a Casa do Tempo, o edifício do Fórum Activo, o edifício da



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 20/2018

Reunião Ordinária de 31 de outubro de 2018

Prazilândia, a Casa Bissaya Barreto bem como o próprio edifício da Câmara Municipal.

Sobre o edifício da Câmara Municipal, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes questionou se a reabilitação do mesmo não se encontrava contemplada através de financiamentos disponíveis no âmbito da CIMRL, ao que a Sra. Presidente informou que a candidatura em curso incide sobre a eficiência energética.

Retomando a palavra, o Sr. Vereador António Henriques questionou se é intenção do Município adquirir o edifício da Barros III, tendo em conta que estava cabimentado no Orçamento do ano anterior o valor de € 100.000,00 € para intervenções, verificando-se que essa verba desapareceu do Orçamento para o próximo ano aparecendo apenas a verba para a aquisição.

Em resposta, a Sra. Presidente informou que ainda não tinha uma intenção formada relativamente a esse assunto por considerar que o anterior Executivo deixou aqui um *“problema de todo o tamanho do mundo”* a par de se estar a lidar *“com dinheiros públicos”*.

Interrompendo, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes, questionou se Tribunal de Contas tinha indeferido a operação tendo a Sra. Presidente respondido negativamente.

Continuando, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referiu-se à questão do deferimento tácito.

Volvendo, a Sra. Presidente salientou que o problema que existe sobre esta questão *“é demasiado grave para haver uma decisão de ânimo leve só por haver um deferimento tácito do Tribunal”* e que existem inúmeras questões elencadas pelo Tribunal, nomeadamente a inexistência da avaliação do imóvel, ausência de fundamentação, falta de cabimentação ao compromisso, bem como outros.

Usou da palavra a Dra. Bernardina para complementar que o Tribunal de Contas elencou uma série de questões às quais a Câmara respondeu porém aquele Tribunal deixou passar o prazo para se pronunciar o que significa que não analisou o fundo da questão.

O Sr. Vereador Gonçalo Lopes questionou se do ponto de vista político existia vontade deste Executivo em adquirir aquele espaço tendo a Sra. Presidente transmitido que não podia responder àquela questão, acrescentando que se amanhã aparecerem duas ou três empresas e se obtiver explicação a todas as questões colocadas pelo Tribunal de Contas que considera pertinentes, responder-lhe-á.

Nessa sequência, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referiu que, na sua perspetiva, o caminho mais assertivo não é *“ficarem nos vossos gabinetes à espera que venham ter convosco”*.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 20/2018

Reunião Ordinária de 31 de outubro de 2018

Por outro lado, considera importante que, numa abordagem para investimento, o Executivo esteja munido de soluções para o efeito porque o investidor quando vem, procura respostas concretas.

Sobre esta questão, o Sr. Vice-Presidente referiu que não pode ser a qualquer custo senão corremos o *“risco de voltar a hipotecar o Concelho”*, salientando que é preciso ter em conta o compromisso entre o benefício e o custo e não pode ser pedido ao Município que resolva aquele problema, porque isso vai-se refletir para todos os Castanheirenses.

Interrompendo, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referiu que se vai refletir na vida de muitos Castanheirenses que iriam receber o que têm a haver há muitos anos através da compra daquele espaço, salientando que é importante pesar os prós e os contras, tendo o Sr. Vereador João Graça acrescentado que, obviamente que sim, porém as responsabilidades devem ser pedidas não ao Município mas sim ao Estado e à Segurança Social.

O Sr. Vereador Gonçalo Lopes referiu que podia depreender que, do ponto de vista político, o Executivo não sabe o que fazer sobre esta questão tendo a Sra. Presidente respondido que quando se equacionou a compra da Barros III deveria ter-se tido em consideração os prós e os contras.

Atalhando, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes, referiu que quando se equacionou a compra da Barros III foi com um propósito muito claro, foi com o propósito de criar oferta para dinamizar o investimento.

Neste âmbito foram trocadas algumas considerações entre o Executivo sobre a aquisição de edifícios, inclusivamente sobre a aquisição da Retorta, tendo o Sr. Vereador Gonçalo Lopes pedido à Sra. Presidente, em jeito de comentário, que construa soluções que devolvam esperança aos Castanheirenses e que não seja *“refém do passado”*.

Prosseguindo, o Sr. Vereador António Henriques questionou se a Casa Bissaya Barreto iria funcionar como residência literária como foi publicitado no Festival Literário, pois verifica que o investimento ali explanado não reflete essa pretensão, tendo, de imediato, a Sra. Presidente informado que o projeto de momento se encontra em fase de elaboração pela Faculdade do Porto.

Continuando, o Sr. Vereador António Henriques verificou um acréscimo ao nível da despesa com o pessoal, em cerca de 6.000,00 €, comparativamente com o ano anterior, pedindo um esclarecimento nesse sentido.

Esclarecendo, a Sra. Presidente informou que esse acréscimo se prende com a possibilidade de poder contratar um assistente operacional e um assistente técnico que é o que se consegue em termos de orçamento encaixar.

Reportando-se à página 94 do documento em análise, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes questionou o que é o Parque da Foz, tendo a Sra. Presidente



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 20/2018

Reunião Ordinária de 31 de outubro de 2018

informado que essa intensão se prende com um projeto existente em carteira e tem a ver com a requalificação de um espaço na parte de cima da Foz.

Na sequência da resposta, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes perguntou se tem conhecimento que já existia um projeto anterior tendo a Sra. Presidente respondido que esse projeto existente, é demasiado ambiciosos, e este Executivo tem a humildade de requalificar projetos anteriores.

Prosseguindo, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referiu que, na página 89 do documento, verifica que se encontra cabimentado um valor de 18.030,00 € para reabilitação da escola primária, questionando em que consiste este projeto.

Em resposta, a Sra. Presidente, referiu que a ideia passa por requalificar aquele espaço, através da reformulação do projeto que já existia, com vista ao funcionamento da Universidade Sénior, bem como outras ideias que futuramente possam surgir.

Finda a elucidação, usou da palavra o Sr. Vereador António Henriques, para pedir uma explicação relativamente à criação de rubrica para uma taxa turística, elencada na página 34, tendo a Sra. Presidente informado que esta rubrica ficou aberta apenas para efeitos de discussão.

Retomando, o Sr. Vereador António Henriques referiu que na página 35, pelo seguimento dos quadros anteriores, o quadro das transferências correntes acaba por não estar claro dentro do cálculo, sugerindo que fosse corrigido de forma a não criar confusão na leitura do mesmo.

Relativamente à educação, referiu que verificou que existe uma rubrica aberta destinada à cobertura do Jardim de Infância à EB1 de 5.000 €.

Sendo que, esta questão sempre foi uma preocupação apontada em sede de reunião por diversas vezes pelos Vereadores do PS com vista à melhoria da acessibilidade das crianças, preocupação sobre a qual na altura também se tinha chegado ali à conclusão que, em termos de despesa tinha algum peso no orçamento do Município, questionando ao que se devia a mudança desde aquilo que foi falado, de cerca de 50.000 €, até à presente data, 5.000 €.

Aproveitou para abordar a questão dos transportes escolares que em 2018 tinha uma cabimentação de 52.000,00 € e passamos para uma cabimentação de 95.000,00 € em 2019, questionando ao que se devia este acréscimo.

Em resposta, o Sr. Vice-Presidente informou que relativamente à cobertura, o Executivo não mudou nada, porque uma coisa é a solução ideal e que o arquiteto permite que seja executada, outra é a disponibilidade financeira para o efeito.

Explicou que tendo em conta a preocupação sempre demonstrada, a rubrica foi deixada aberta para esse fim e com o valor elencado, sob pena de ter de vir a ser reforçado ou não, tudo em função da alternativa que o arquiteto propuser para esse fim.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 20/2018

Reunião Ordinária de 31 de outubro de 2018

Relativamente ao acréscimo da despesa com os transportes escolares, a Sra. Presidente informou que essa situação se devia à alteração dos trajetos e do orçamento apresentado pela empresa prestadora dos serviços, em relação ao ano passado.

De novo em posse da palavra, o Sr. Vereador António Henriques, comentou que verificou que as transferências das verbas para a empresa municipal Prazilândia irão manter-se para o próximo ano independentemente dos resultados da mesma pelo que lhe parece existir aqui a continuidade de encargo da Câmara Municipal para uma empresa que já é sustentável. Argumentou que, embora não se conheçam os resultados, pelos indicadores apresentados em reunião de Câmara pelo representante do Município na empresa municipal conclui que de, uma forma geral, são positivos.

Em seguida, referiu ter verificado que a rubrica do PAMUS foi retirada, tendo a Sra. Presidente informado que a alteração se devia a falta de verba.

Continuando, o Sr. Vereador António Antunes referiu que verificou existirem 50.000,00 € na rubrica com a aquisição de viatura para apoio em matéria de resíduos sólidos, tendo o Sr. Vice-Presidente assegurado que essa intenção surgiu no sentido de precaver uma possível avaria da viatura afeta a esse serviço tendo em conta os quilómetros que a mesma tem.

Interrompendo, o Sr. Vereador António Henriques alertou para o modelo de negócio caso se venha a concretizar tendo em conta a possível integração na Agregação dos Sistemas.

Pegando na preocupação manifestada pelo Sr. Vereador António Henriques, a Dra. Bernardina esclareceu que existe uma norma no documento que diz que, verificando-se a referida integração, existem bens que passarão para a entidade, a título gratuito, mas, a mesma norma faz alusão a outros bens para além destes que podem ser negociados. Mais, acrescentou que a norma sobre essa matéria iria ser melhor clarificada.

Não se registando mais intervenções, a Sra. Presidente colocou o assunto a votação.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por maioria e em minuta com os votos contra dos Senhores Vereadores do PS.

De seguida, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes procedeu à leitura de uma declaração de voto, informando que a enviaria para os serviços da Câmara Municipal de forma que fosse integralmente transcrita para a ata:

“Declaração de Voto

No âmbito da apresentação, discussão e votação da proposta do Plano e Orçamento da Câmara Municipal de Castanheira de Pera para 2019, em reunião ordinária de 31 de outubro de 2018, entendem os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista emitir a seguinte Declaração de Voto:



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 20/2018

Reunião Ordinária de 31 de outubro de 2018

Depois de um longo e doloroso período de fortes constrangimentos financeiros que impediram este Município de efetivar o necessário investimento no concelho, o Executivo anterior conseguiu, em 30 de junho de 2017, sair de uma situação de deficit excessivo e, por essa via, suspendeu o Plano de Reequilíbrio Financeiro, devolvendo autonomia financeira ao Município e criando condições de regresso ao investimento.

Há um ano atrás, até por força das infelizes circunstâncias relacionadas com a devastação dos incêndios de junho, o Orçamento incluía já um conjunto de incentivos/investimentos estruturantes para o concelho, mercê de uma necessidade premente de inverter o estado de forte degradação socioeconómica que marcava este território.

Há um ano atrás, reconhecemos a imperiosa necessidade de executar rapidamente um conjunto de investimentos e medidas que permitissem alavancar a dinamização e diversificação da nossa economia local; votámos favoravelmente a então proposta de Orçamento, por lhe reconhecermos condições de inequívoca capacidade de alcançar aquele desígnio e alterar o paradigma vigente.

Um ano depois, as preocupações e alertas que, reiteradamente, temos manifestado, vêm, lamentavelmente, confirmar-se. Com mágoa e consternação, somos forçados a reconhecer que este foi, quase em absoluto, um ano perdido do ponto de vista da materialização das iniciativas/rubricas do orçamento para 2018.

Esta proposta de Orçamento para o próximo ano reflete a incapacidade e a incompetência política para cumprir as metas a que se propôs no presente exercício, o que será certamente revelado, no âmbito da prestação de contas, através de índices de execução assustadoramente baixos.

Lamentavelmente, o desnorte deste Executivo traduziu-se numa perda irreparável de tempo e de oportunidade para o concelho. Com verdade, a atual gestão municipal desbaratou em absoluto todo um vasto leque de vontades e incentivos, resultantes da infeliz tragédia que nos assolou.

Deste modo, e porque não nos revemos na gestão casuística que tem sido preconizada pelo atual Executivo, votamos contra uma proposta de Orçamento que, pelo “copypaste”, empurra os problemas para a frente, revelando uma irresponsabilidade que só pode merecer o nosso veemente repúdio.

Votamos contra esta proposta de Orçamento, porque nela não encontramos visão, estratégia e compromisso.

Entendemos que Castanheira de Pera merece melhor. Esta proposta revela incapacidade de operacionalizar investimento e falta de rumo na definição do nosso futuro coletivo.

Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista.”



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 20/2018

Reunião Ordinária de 31 de outubro de 2018

21. ALIENAÇÃO DE VEÍCULOS EM FIM DE VIDA ÚTIL

Considerando que os veículos com as matrículas 63-18-PP, 63-24-EZ e 23-32-FO, propriedade deste Município, se encontram em fim de vida útil;

Considerando que tais veículos não têm qualquer utilidade para os serviços municipais, constituindo ao invés uma ocupação improfícua e prejudicial do estaleiro municipal, local onde se encontram, dificultando a sua organização e o armazenamento de materiais e equipamentos;

Considerando que a alienação das viaturas em apreço e o seu posterior tratamento de forma adequada acarreta diversas vantagens, nomeadamente, de índole ambiental;

Considerando ainda que, ao abrigo do disposto na alínea cc) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, cabe à Câmara Municipal, no âmbito das suas competências materiais, alienar bens móveis;

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere proceder à venda das referidas viaturas, endereçando, para o efeito, convite para a apresentação de propostas de aquisição às seguintes empresas, devidamente licenciadas para a realização de operações de gestão de resíduos em causa:

- I10P – Comércio de Peças, Lda
- SVP Auto – Sociedade de Venda de Peças, Lda
- Revalor – Recuperação e Valorização de Resíduos, SA
- CPA – Comércio Peças Auto, Lda
- Manuel Frexes – Gestão de Resíduos, Lda
- RSA – Reciclagem de Sucatas Abrantina, SA

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

22. ALIENAÇÃO DE RESÍDUOS DE FERRO

Considerando que, nos termos do disposto na alínea cc) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, cabe à Câmara Municipal, no âmbito das suas competências materiais, alienar bens móveis;

Considerando a existência no Estaleiro Municipal de um substancial conjunto de resíduos, essencialmente de ferro, que não tem qualquer utilidade para os serviços municipais, constituindo ao invés uma ocupação improfícua e prejudicial dos espaços onde se encontram, dificultando a organização dos mesmos e o armazenamento de novos materiais e equipamentos;

Considerando que a alienação de tais materiais a empresas devidamente licenciadas para a sua gestão e o seu posterior tratamento de forma adequada acarreta diversas vantagens, nomeadamente, de índole ambiental;

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere proceder à venda dos resíduos em causa, endereçando, para o efeito, convite para a apresentação de propostas de aquisição às seguintes empresas, devidamente licenciadas para a realização de operações de gestão de resíduos em causa:

- Ambipombal – Recolha de Resíduos Industriais, SA
- ECOMAIS – Recolha e Valorização de Resíduos, SA
- Ambisicó, Lda
- Revalor – Recuperação e Valorização de Resíduos, SA
- J.M.Fernandes – Reciclagem de Sucatas, Lda



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 20/2018

Reunião Ordinária de 31 de outubro de 2018

– Linhambiente, SA

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

23. “INTERVENÇÕES DE ESTABILIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA PÓS INCÊNDIO/ INCÊNDIO 2017 (INCÊNDIO FLORESTAL DE PEDRÓGÃO GRANDE)” – ERROS E OMISSÕES – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO

Presente o Despacho proferido pelo Sr. Vice-Presidente em 22 de outubro de 2018, determinando a resposta a erros e omissões apresentados pelos concorrentes CONTEC – Construção e Engenharia, SA e Floresta Jovem no decorrer no procedimento do concurso público “Intervenções de Estabilização de Emergência Pós-incêndio/Incêndio 2017 (Incêndio florestal de Pedrógão Grande)”.

Propõe-se que, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro a Câmara Municipal delibere ratificar o mencionado despacho, cuja cópia se anexa à presente deliberação e se dá por reproduzida para todos os efeitos legais, fazendo da mesma parte integrante.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

24. OBRAS PARTICULARES

O Conselho Diretivo dos Baldios da Freguesia Coentral vem requerer a aprovação do pedido de legalização e autorização de utilização referente à operação urbanística de construção de edificação de apoio à atividade pecuária, sita no Porto Cimeiro, Coentral Grande, União das Freguesias de Castanheira de Pera e Coentral.

Propõe-se que a Câmara Municipal aprove o pedido de legalização e respetiva autorização de utilização, tudo nos termos e com os fundamentos constantes do Parecer n.º 45/SPOPU/2018, de 17 de outubro de 2018, que aqui se dá por reproduzido para todos os efeitos legais, fazendo da presente deliberação parte integrante.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

25. OBRAS PARTICULARES

Presente o Parecer n.º 44/SPOPU/2018, de 16 de outubro de 2018, emitido no âmbito da operação urbanística de construção de parque de campismo e caravanismo, a realizar numa parcela de terreno sita em Vale Feitoso, União das Freguesias de Castanheira de Pera e Coentral, cujo titular é Marinus Henricus Josephus, pronunciando-se no sentido do seu indeferimento.

Propõe-se que, nos termos e com os fundamentos constantes do parecer supra mencionado, cuja cópia se anexa e aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais, a Câmara Municipal delibere aprovar o projeto de indeferimento em causa.

Mais se propõe que o titular do processo seja notificado para, em sede de audiência, dizer, querendo, por escrito, e no prazo de 10 dias úteis, contados da data da notificação, tudo o que entender conveniente sobre a decisão projetada.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 20/2018

Reunião Ordinária de 31 de outubro de 2018

Propõe-se, ainda, que a Câmara Municipal delibere desencadear o procedimento tendente ao levantamento da proibição de edificação em área percorrida por incêndio, nos termos referidos no parecer do ICNF, emitido no âmbito da operação urbanística em apreço.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

26. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Terminada a discussão do ponto anterior, a Sra. Presidente declarou aberto o período para intervenção do público.

Presente a D. Elisabete Santos, residente em Moita, que usou da palavra para questionar se a zona sul do Concelho também iria ser contemplada com algum projeto de candidatura.

Em resposta, a Sra. Presidente informou que existem possíveis projetos a candidatar no âmbito da CIMRL e que com a limpeza que se tem vindo a fazer nas margens da ribeira irá surgir a oportunidade de se fazer alguma coisa, pois é pretensão do Executivo tentar ligar ao longo da ribeira, o norte ao sul do Concelho.

De novo em posse da palavra a D. Elisabete Santos questionou em que ponto de situação se encontra a limpeza das estradas e aceiros, tendo a Sra. Presidente informado que esse trabalho vai ser feito e que nas zonas afetadas pelos incêndios os proprietários dos terrenos já deviam ter tido esse cuidado.

Deu conta que por questões de prevenção, algumas das estradas a norte do Concelho já haviam sido intervencionadas.

A D. Elisabete Santos informou que continuava a aguardar uma resposta por parte da Câmara Municipal relativamente à autorização para cortar dois sobreiros existentes na localidade da Moita que arderam na altura do incêndio e que com o mau tempo acabaram por cair.

Em resposta, a Sra. Presidente informou que ainda que a Câmara Municipal possa colaborar na instrução do processo, o pedido de autorização tem de ser feito junto do ICNF, entidade competente para o efeito.

ENCERRAMENTO

27. ENCERRAMENTO

Não havendo mais intervenções nem outros assuntos a tratar, a Sra. Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião eram dezoito horas e dezassete minutos, tendo-se de tudo lavrado a presente ata, que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Presidente da Câmara Municipal e por mim, Bernardina Pais de Macedo, Chefe da Divisão de Administração Autárquica do Mapa de Pessoal deste Município, que, tendo sido para o efeito designada, a redigi e subscrevo.

A Presidente: _____

A Secretária: _____